

PRIMAVERA DO LESTE-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE - MATO GROSSO

CONTROLADOR INTERNO (CIÊNCIAS CONTÁBEIS)



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 001/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Maxi
educa



Prefeitura de Primavera do Leste - MT
Controlador Interno (Ciências Contábeis)

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto verbal e/ou não verbal, literário e/ou não literário	1
Tipologia textual	6
Funções da linguagem	15
Coesão e Coerência.....	16
Sintaxe: frase, oração, período (termos de orações)	21
Concordância verbal e nominal	27
Morfologia: Classes de palavras, letras e formas.....	33
Pontuação	45
Acentuação gráfica.....	49
Ortografia.....	52
Semântica. Significação das palavras.....	59
Noções de literatura conceito e linguagem literária.....	63
Figuras de linguagem.....	68
Crase	74
Empregos das classes de palavras.....	78
QUESTÕES.....	78
GABARITO	91

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Raciocínio lógico numérico: Resolução de problemas envolvendo números reais	1
Conjuntos	3
Porcentagem	10
Sequências e padrões (com números, figuras ou palavras)	12
Raciocínio Lógico: Proposições. Conectivos. Negação. Equivalência e implicação lógica	14
Argumentação lógica.....	24
Estruturas Lógicas.....	30
Problemas de contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos. Combinações. Permutações	34
Noções de probabilidade.....	39
QUESTÕES.....	42
GABARITO	51



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. tipos de computadores, conceitos de hardware e de software, instalação de periféricos	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office, versões 2010, 2013 e 365)	10
Noções de sistema operacional (ambiente Windows, versões 10 e 11 pro)	29
Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação. Sítios de busca e pesquisa na Internet	49
Ferramentas Google: Gmail; Google Meet; Google Documentos; Google Planilhas; Google Drive; Google Agenda.....	54
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	65
Segurança da informação: procedimentos de segurança. Noções de vírus, Worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.)	68
Procedimentos de backup	75
QUESTÕES.....	77
GABARITO	85

CONTROLE INTERNO E AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO

Finalidades, atividades e competências.....	1
A fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	7
Sistema de Controle Interno e sua integração com as Três Linhas (The Three Lines Model) do IIA	13
Controle Externo e a relação institucional com o Controle Interno	19
Dos Limites Constitucionais para Repasses ao Poder Legislativo Municipal	25
Gestão de Riscos e Governança: Modelos COSO I e II (ERM) e IA-CM (Internal Audit Capability Model).....	30
Auditoria: Conceito, Auditoria Interna e Auditoria Independente.....	37
Procedimentos e Técnicas de Auditoria: Testes de Observância e Substantivos	43
Papéis de Trabalho: Documentação, guarda e evidências	50
Fraude e erro: Conceitos e responsabilidades do auditor.....	56
Planejamento de Auditoria: Relevância, Materialidade e Programas de Trabalho	63
Risco de Auditoria: Avaliação dos Controles Internos e do Sistema Contábil.....	69
Supervisão e Controle de Qualidade na execução dos trabalhos de auditoria.....	76
Amostragem estatística e não estatística em auditoria.....	82
Estimativas Contábeis e Transações com partes relacionadas	89
Relatório Circunstanciado, Pareceres e Comunicação de Resultados	97
Normas de Auditoria Independente (NBC TA) e Normas de Auditoria Interna (NBC TI 01).	104

SUMÁRIO



Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP/ISSAIs)	110
Ética profissional aplicada à Auditoria e ao Controle Interno	118
QUESTÕES.....	125
GABARITO	129

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)

Conceituação, objeto e campo de aplicação.....	1
Planejamento e Orçamento Público: Instrumentos (PPA, LDO e LOA)	7
Receitas Públicas: Conceito, classificação, estágios e fontes	11
Despesas Públicas: Conceito, classificação, estágios e restos a pagar	13
Patrimônio no setor Público: Ativos e Passivos sob a ótica patrimonial	18
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): Conceito, objetivos, atributos e estrutura	24
SIAFIC (Decreto 10.540/2020): Requisitos mínimos de qualidade e integração de sistemas	31
Características qualitativas da informação contábil e Estrutura Conceitual.....	38
Demonstrações Contábeis do Setor Público (DCSP): Conceito, composição e conteúdo dos Balanços Públicos	46
Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis: Indicadores financeiros e de gestão.....	53
Controle na Administração Pública sob a ótica da Lei 4.320/64	61
Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 11ª Edição	68
Siconfi: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	73
QUESTÕES.....	80
GABARITO	85

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: Conceitos, classificações e princípios fundamentais.....	1
Normas Constitucionais e Poder Constituinte	4
Direitos e Garantias Fundamentais: Individuais, coletivos, sociais e políticos.....	11
Supremacia da Constituição e Controle de Constitucionalidade	14
Estado Federal: Repartição de competências e intervenções	20
Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária na CF/88 (Arts. 70 a 75)	34
Sistema Tributário Nacional e impactos da Reforma Tributária (EC 132/2023)	80
Questões	106
GABARITO	112



LEGISLAÇÃO ESTADUAL E NORMAS DO TCE-MT

Constituição do Estado de Mato Grosso: organização municipal e competências (arts. 173 a 215)	1
Controle Externo: Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Mato Grosso (LC nº 269/2007)	8
Ccc Código de Processo do Controle Externo (LC nº 752/2022).....	25
Regimento Interno do TCE-MT (Resolução nº 16/2021).....	45
Questões	46
GABARITO	51

DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO DE GESTÃO

Conceito, fontes e princípios da Administração Pública.....	1
Poderes da Administração Pública e o regime jurídicoadministrativo; Desvio e Abuso de Poder: Controle e responsabilização.....	13
Estrutura da Administração Pública: Direta, Indireta e Entidades Paraestatais	23
Servidores Públicos: Direitos, deveres e regime constitucional.....	33
Atos Administrativos: Requisitos, atributos, classificação e invalidade	51
Processos Administrativos e Lei Federal nº 9.784/1999	70
Improbidade Administrativa: Lei Federal nº 8.429/92 e as alterações da Lei nº 14.230/2021.....	87
Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e Programas de Compliance	102
Serviços Públicos e Regime de Concessão e Permissão (Lei nº 8.987/1995)	109
Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações	139
Bens Públicos: Conceito, espécies e formas de utilização	213
LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942): Segurança Jurídica e Eficiência na Gestão Pública.....	215
Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e Crimes Contra a Finança Pública (Lei nº 10.028/2000)	220
Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei 201/1967)	252
Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709/2018) e Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei 12.527/2011).....	256
Governo Digital e Eficiência Pública (Lei nº 14.129/2021).....	291
Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025 (Política Nacional de Linguagem Simples).....	304
Questões	306
GABARITO	313



CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO

Fundamentos históricos e geográficos do Brasil; Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro; Os recursos minerais e energéticos brasileiros, produção e consumo, conservação e esgotamento.....	1
República Velha (1889 e 1930)	16
A Revolução de 1930 e a Era Vargas; O Estado Novo (1937 a 1945); República Liberal-Conservadora (1946 a 1964).....	24
Governos militares.....	31
A Nova República; Brasil Contemporâneo	36
Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais	42
Aspectos históricos e geográficos do Município.....	132
Constituição Federal de 1988 e suas alterações (arts. 1º a 14, arts 37 a 43 e arts 196 a 200)	136
Lei Orgânica Municipal (e suas alterações)	168
Lei Municipal nº 679 de 25 de setembro de 2001– Estatuto do Servidor Municipal de Primavera do Leste (e suas alterações).....	214
Questões	247
GABARITO	254

JURISPRUDÊNCIA E PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS

Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF): temas de repercussão geral, súmulas vinculantes e outros	1
Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ): recursos repetitivos, enunciados etc.....	1
Tribunal de Contas da União (TCU): entendimentos consolidados	1
Deliberações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT): Prejulgados, Resoluções Consultas, Acórdãos e julgados relevantes.....	2



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O raciocínio lógico numérico com números reais envolve a interpretação de situações-problema que utilizam operações como adição, subtração, multiplicação, divisão, porcentagens, proporções, médias e comparações entre valores. Para resolver esse tipo de questão, é importante identificar os dados fornecidos, compreender o que está sendo pedido e aplicar as operações adequadas com atenção aos detalhes do enunciado.

1. Em uma promoção, o preço de um produto foi reduzido de R\$ 250,00 para R\$ 212,50. Qual foi o percentual de desconto aplicado?

- (A) 10%
- (B) 12%
- (C) 15%
- (D) 17,5%
- (E) 20%

Resolução: A diferença entre os preços é $250 - 212,50 = 37,50$.

Agora, calculamos o desconto em relação ao preço inicial: $37,50 \div 250 = 0,15$.

Transformando em porcentagem: $0,15 = 15\%$.

resposta: C

2. Um número real x somado ao seu dobro resulta em 45. Qual é o valor de x ?

- (A) 10
- (B) 12
- (C) 15
- (D) 18
- (E) 20

Resolução: O número é x e seu dobro é $2x$.

Então: $x + 2x = 45$.

Logo, $3x = 45$.

Dividindo por 3: $x = 15$.

resposta: C

3. Em uma viagem, um carro percorreu 180 km consumindo 12 litros de combustível. Mantendo o mesmo consumo médio, quantos litros serão necessários para percorrer 300 km?

- (A) 18 litros
- (B) 20 litros
- (C) 22 litros
- (D) 24 litros
- (E) 25 litros



FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.
- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.
- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.
- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).
- **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.
- **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.
- **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.
- **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.
- **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.
- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.
- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.



O PAPEL DO CONTROLE INTERNO E DA AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO

O controle interno e a auditoria no setor público são instrumentos fundamentais para garantir que a administração pública atue de forma legal, eficiente, transparente, responsável e voltada ao interesse coletivo. Como os recursos públicos pertencem à sociedade, sua arrecadação, aplicação e gestão precisam ser acompanhadas com rigor técnico, responsabilidade ética e compromisso com os resultados sociais.

A administração pública realiza diversas atividades: arrecada receitas, executa despesas, celebra contratos, compra bens, presta serviços, administra pessoal, realiza obras, mantém programas, distribui benefícios e executa políticas públicas. Em todas essas ações, existe a necessidade de verificar se os atos estão corretos, se respeitam as normas, se os recursos estão sendo bem utilizados e se os objetivos estão sendo alcançados. É nesse contexto que o controle interno e a auditoria assumem papel essencial.

O controle interno pode ser entendido como o conjunto de procedimentos, rotinas, normas, sistemas e ações utilizados pela própria administração para acompanhar e orientar suas atividades. Ele está presente no dia a dia da gestão pública, funcionando como uma forma de prevenir erros, reduzir riscos, corrigir falhas e melhorar processos. Um bom controle interno não serve apenas para encontrar problemas depois que eles acontecem; sua principal função é evitar que eles ocorram ou que se repitam.

A auditoria, por sua vez, é uma atividade técnica de avaliação e exame. Ela verifica atos, processos, programas, contratos, despesas, receitas, controles e resultados. Seu objetivo é analisar se a gestão está agindo conforme a legislação, se os recursos foram aplicados corretamente, se os controles são suficientes e se os resultados obtidos correspondem aos objetivos previstos. A auditoria pode apontar falhas, recomendar melhorias e contribuir para o aperfeiçoamento da administração.

Embora controle interno e auditoria sejam conceitos relacionados, eles não são exatamente a mesma coisa. O controle interno é mais amplo e permanente, pois envolve todos os mecanismos de acompanhamento e prevenção existentes dentro da administração. A auditoria é uma atividade específica, normalmente realizada por profissionais ou unidades especializadas, com método, planejamento, análise de evidências e emissão de relatórios.

A importância desses instrumentos está diretamente ligada à ideia de boa governança pública. Governar bem significa planejar, executar, controlar, avaliar e prestar contas. Não basta realizar gastos ou cumprir formalidades. É necessário demonstrar que as ações públicas foram feitas com legalidade, economicidade, eficiência e benefício para a população. O controle interno e a auditoria ajudam a transformar essas exigências em práticas concretas.

Outro ponto importante é a transparência. A sociedade tem o direito de saber como os recursos públicos são utilizados. Relatórios, pareceres, recomendações, prestações de contas e mecanismos de acompanhamento contribuem para tornar a gestão mais visível e responsável. Quanto maior a transparência, maior tende a ser a confiança da população nas instituições.

O controle interno também fortalece a prevenção de irregularidades. Muitos problemas na gestão pública surgem de falhas de planejamento, ausência de conferência, deficiência nos registros, desconhecimento das normas, fragilidade na fiscalização de contratos ou falta de acompanhamento dos resultados. Quando há controles adequados, esses riscos são identificados com antecedência e podem ser tratados antes de gerar prejuízos.

A auditoria contribui para a correção e o aperfeiçoamento. Ao examinar documentos, processos e resultados, o auditor identifica inconsistências, avalia causas, propõe recomendações e acompanha providências. Assim, a auditoria não deve ser vista apenas como punição ou fiscalização repressiva, mas como ferramenta de melhoria da gestão pública.



Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

A Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Aplicada ao Setor Público, desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos públicos, garantindo o controle, o registro e a transparência das finanças de governos e entidades públicas. A partir da análise contábil, gestores podem tomar decisões mais eficientes, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e em conformidade com as leis e diretrizes estabelecidas.

Diferentemente da contabilidade no setor privado, cujo foco é o lucro e o patrimônio dos proprietários, a Contabilidade Pública está voltada para o bem-estar coletivo, uma vez que seus recursos pertencem à sociedade. Nesse sentido, ela assume uma responsabilidade ainda maior, pois deve assegurar que o patrimônio público seja gerido com integridade, responsabilidade fiscal e alinhamento aos princípios constitucionais, como legalidade, impessoalidade e transparência.

A importância da Contabilidade Pública aumentou consideravelmente nas últimas décadas, impulsionada pela crescente demanda por transparência e accountability (prestação de contas) nos governos, além do fortalecimento de mecanismos de controle social.

A adoção de padrões internacionais de contabilidade no setor público, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a convergência com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), têm exigido uma evolução constante das práticas contábeis, visando maior uniformidade e clareza nas informações financeiras.

A relevância dessa área torna-se ainda mais evidente quando consideramos as dimensões dos orçamentos governamentais. Em países como o Brasil, onde a arrecadação pública e a aplicação de recursos impactam diretamente o desenvolvimento econômico e social, a Contabilidade Pública se configura como uma ferramenta essencial para a boa governança, a tomada de decisões estratégicas e o controle social.

► Conceituação de Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública pode ser definida como o ramo da contabilidade voltado para o controle, registro e análise das finanças de entidades e órgãos pertencentes ao setor público, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Sua principal função é garantir que os recursos públicos sejam administrados de maneira transparente, eficiente e em conformidade com as normas legais, sempre em prol do interesse público.

► Definição e Função

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Contabilidade Pública é responsável pelo registro, controle e demonstração dos fatos e atos da administração pública que afetam o patrimônio público, sempre obedecendo às normas e princípios estabelecidos. O objetivo é fornecer informações úteis para a tomada de decisões dos gestores públicos e demais interessados, como a sociedade e os órgãos de controle.

Essa área contábil não visa apenas o controle financeiro, mas também a prestação de contas à sociedade, assegurando que os recursos sejam utilizados dentro da legalidade e da economicidade. Além disso, a Contabilidade Pública é uma ferramenta estratégica para avaliar o desempenho e a responsabilidade dos gestores públicos em relação à gestão dos recursos públicos.

► Diferenças entre Contabilidade Pública e Contabilidade Privada

Uma das principais diferenças entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Privada está nos seus objetivos e na forma como o patrimônio é tratado. Enquanto a Contabilidade Privada tem como foco principal maximizar os lucros e o retorno sobre o investimento para seus acionistas ou proprietários, a Contabilidade Pública visa garantir o uso correto dos recursos que pertencem à sociedade, visando o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.



*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos gerais e legislação
Bons estudos!*

SENTIDO SOCIOLÓGICO; SENTIDO POLÍTICO; SENTIDO JURÍDICO; CONCEITO, OBJETOS E ELEMENTOS

No tocante aos sentidos sociológico, político e jurídico, são analisados pela doutrina, quando da análise das denominadas “perspectivas”¹. Mesma observação com relação ao denominado objeto.

Dando-se prosseguimento aos nossos estudos, passaremos a analisar os denominados elementos da Constituição. Tal denominação surgiu em virtude de as normas constitucionais serem divididas e agrupadas em pontos específicos, com conteúdo, origem e finalidade diversos.

Conquanto haja essa divisão e o agrupamento em questão, é de se registrar que nossa doutrina é divergente com relação aos elementos da Constituição, não se podendo afirmar que uma classificação está correta e a outra errada.

Em que pese essa divergência, remetemos à clássica divisão dada pelo Professor José Afonso da Silva. Senão, vejamos.

- **Elementos orgânicos** – estabelecem as normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder (Títulos III e IV da CF);
- **Elementos limitativos** – dizem respeito às normas que compõem os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação estatal;
- **Elementos socioideológicos** – estabelecem o compromisso da Constituição entre o Estado individualista e o Estado intervencionista (Título VII, da CF);
- **Elementos de estabilização constitucional** – são as normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da CF, do Estado e das instituições democráticas. Eles constituem os instrumentos de defesa do Estado e buscam garantir a paz social (Arts. 34 a 36 da CF);
- **Elementos formais de aplicabilidade** – encontram-se nas normas que estabelecem regras de aplicação da Constituição (ADCT — Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

► **Classificações das Constituições**

Registre-se que a doutrina brasileira costuma utilizar variados critérios de classificação das constituições, existindo variação entre eles.

- **Quanto à origem** – as Constituições poderão ser outorgadas (aquelas impostas pelo agente revolucionário que não recebeu do povo a legitimidade para, em nome dele, atuar), promulgadas (fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo).

Também é denominada democrática, votada ou popular), cesaristas (não são propriamente outorgadas nem democráticas, ainda que criada com a participação popular, vez que essa visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder).

Conhecidas também como bonapartistas) e pactuadas ou dualistas (são aquelas que surgem por meio de um pacto entre as classes dominante e oposição).

- **Quanto à forma** – as Constituições podem ser escritas (instrumentais) ou costumeiras (não escritas).

¹ <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>



CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Promulgada em 05 de outubro de 1989 - D.O. 18/10/1989.

(Atualizada até a EC nº 119, D.O. 20/12/2024)

Nós, representantes do povo mato-grossense, verdadeiro sujeito da vida política e da história do Estado de Mato Grosso, investidos dos poderes constituintes atribuídos pelo art. 11 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, no firme propósito de afirmar no território do Estado os valores que fundamentam a existência e organização da República Federativa do Brasil, objetivando assegurar o pleno exercício dos direitos sociais, individuais e os valores do ser humano, na busca da concretização de uma sociedade fraterna, solidária, justa e digna, invocando a proteção de Deus e o aval de nossas consciências, promulgamos a seguinte CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

(...)

TÍTULO IV DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 173 O Município integra a República Federativa do Brasil.

§ 1º Ao Município incumbe gerir com autonomia política, administrativa e financeira, interesses da população situada em área contínua, de extensão variável, precisamente delimitada, do território do Estado.

§ 2º Organiza-se e rege-se o Município por sua lei orgânica e demais leis que adotar, com os poderes e segundo os princípios e preceitos estabelecidos pela Constituição Federal e nesta Constituição.

§ 3º A sede do Município lhe dá o nome e tem categoria de cidade.

Art. 174 Na gerência dos interesses da população, o Município deverá observar os seguintes objetivos prioritários:

I- cooperar com a União, com o Estado, como também associando-se com outros Municípios, para a realização do bem-comum;

II- assistir os segmentos mais carentes da sociedade, sem prejuízo do estímulo e apoio do desenvolvimento econômico;

III- estimular e difundir o ensino e a cultura, bem como proteger o patrimônio cultural e o meio ambiente;

IV- promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;

V- assegurar as condições básicas para as ações e serviços que visem a promover, a proteger e a recuperar a saúde individual e coletiva;

VI- realizar a ação administrativa, proporcionando meios de acesso dos setores populares aos seus atos, os quais devem estar sujeitos aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 175 São consideradas de interesse comum as funções públicas que atendam a mais de um Município, assim como as que, restritas ao território de um deles, sejam de algum modo dependentes, concorrentes ou confluentes de ações públicas supramunicipais, notadamente:



► Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, *L'Esprit des Lois*, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalecia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa**, **Administrativa** e **Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

Infere-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de



ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO BRASIL

► As Regionalizações do Território Brasileiro¹

A regionalização corresponde ao processo de divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, definidas a partir de critérios previamente estabelecidos, como aspectos naturais, econômicos, políticos ou culturais. Essa prática permite identificar diferentes porções do espaço como unidades distintas, facilitando sua análise e compreensão.

Além disso, a regionalização desempenha papel fundamental no planejamento territorial. Ao organizar o espaço em regiões, o poder público e instituições privadas conseguem elaborar políticas e projetos mais adequados à realidade local, considerando fatores como população, infraestrutura e condições socioeconômicas.

► Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil apresenta grande diversidade natural, social e econômica, o que torna essencial a escolha criteriosa dos parâmetros utilizados na regionalização. Cada região possui particularidades próprias, o que exige diferentes abordagens para sua análise.

Os principais critérios utilizados incluem aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia e vegetação, bem como fatores sociais, econômicos e culturais. Dessa forma, é possível estabelecer diferentes tipos de regionalização, como regiões industriais, demográficas ou de uso do solo.

► As Regiões Geoeconômicas

A regionalização geoeconômica foi proposta na década de 1960 pelo geógrafo Pedro Geiger, com o objetivo de compreender as desigualdades econômicas e sociais do Brasil. Essa divisão considera o nível de desenvolvimento como principal critério.

Características das Regiões Geoeconômicas

Amazônia

Caracteriza-se pela baixa densidade populacional e pela predominância de atividades extrativistas. Nas últimas décadas, tem enfrentado intenso processo de desmatamento devido à expansão agropecuária.

Nordeste

Apresenta forte desigualdade socioeconômica e histórico de concentração de terras e poder político nas mãos de elites agrárias.

Centro-Sul

Destaca-se pela elevada concentração industrial, urbana e populacional, além de grande diversidade de atividades econômicas.

Essa divisão permite identificar diferentes níveis de desenvolvimento no território nacional. Entretanto, seus limites não coincidem com os dos estados e podem se alterar conforme mudanças econômicas.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.
TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.



Jurisprudência e Precedentes dos Tribunais

Prezado(a),

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar. É necessário copiar e colar o link a seguir diretamente em seu navegador para ter acesso ao conteúdo:

<https://portal.stf.jus.br/>

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegidos os direitos autorais do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos!



Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ): recursos repetitivos, enunciados etc

Prezado(a),

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar. É necessário copiar e colar o link a seguir diretamente em seu navegador para ter acesso ao conteúdo:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Inicio>

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegidos os direitos autorais do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos!



Tribunal de Contas da União (TCU): entendimentos consolidados

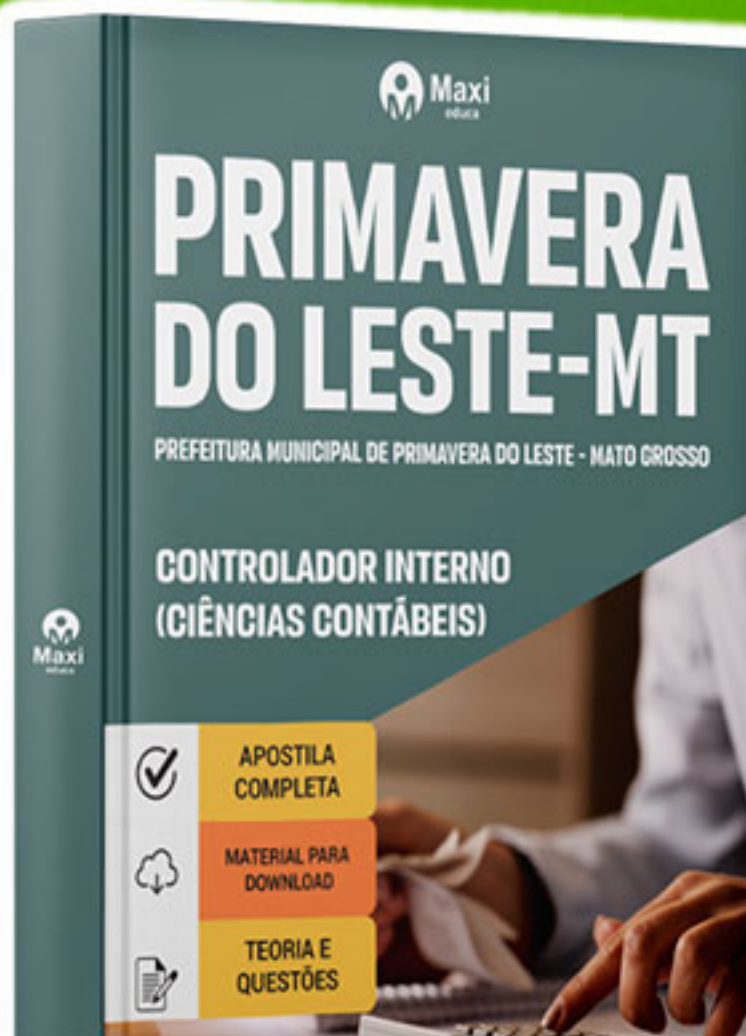
Prezado(a),

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar. É necessário copiar e colar o link a seguir diretamente em seu navegador para ter acesso ao conteúdo:

<https://portal.tcu.gov.br/jurisprudencia>

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegidos os direitos autorais do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!